

I

A CORTE E O CONSELHO

Em 1411, Castela, cinco anos depois da morte de Henrique III, assinara o tratado de paz conosco pela mão da rainha viúva, que sempre fora contra a guerra². A dinastia filha da revolução de 1383 ficava reconhecida. O período de crise aguda pode, porém, dizer-se que acabara logo em 1387, quando, aos trinta anos, D. João I desposou D. Filipa de Lencastre, que tinha vinte e nove. Foram quatro anos de luta incessante. Depois, a hostilidade prolongou-se, mas num estado crónico e manso, como sucedia geralmente às guerras europeias antes do fim do século XVIII.

Também o casamento do rei trouxe consigo uma alteração completa no carácter e nos costumes da Corte portuguesa. É sabido que essa aliança procedeu da liga política celebrada, contra Castela, entre o mestre de Avis e o duque de Alencastro (como diziam os portugueses de então), pretendente à Coroa castelhana. O duque saiu de Plymouth numa grande armada que veio à Corunha e de lá ao Porto. Trazia consigo a Corte e um exército com que invadiu a Galiza, indo o mestre de Avis avistar-se com ele nas margens do Minho. Anos antes desta vinda do duque de Lencastre a reivindicar a Coroa de Castela, o defensor do reino recrutara em Inglaterra as levas de soldados que o tinham ajudado a vencer Aljubarrota, companhias de aventureiros que nesses tempos de agitação violenta andavam por terra às presas. Portugal, em grande parte devedor da sua independência ao auxílio dos Cruzados, procurara, na crise inicial da sua gloriosa dinastia de Avis, o socorro de mercenários ingleses, Cobham, Cressyngam, Blithe, Grantam, Dale e outros, assoldados por príncipes que já não iam resgatar o Sepulcro Santo, mas sim conquistar tronos em que

regaladamente pudessem gozar as delícias da vida. Saía-se gradualmente do iluminismo medieval. Dissipava-se a penumbra, em que os espíritos, vergando sob o medo da morte, procuravam na dissipação da vida violenta esquecer os terrores do Juízo Final, alternando a impetuosidade do temperamento com a submissão àqueles que tinham o mandato de Deus na terra.

Ingleses nos ajudaram no dia triunfante de Aljubarrota; e a sua tática, vitoriosa em Azincourt, dera já em 1385 a vitória ao mestre de Avis, dismantelando a cavalaria castelhana, e sagrando-o rei. Conquistara a Coroa: podia celebrar alianças. Pela inglesa que de então continuou até hoje, com mais ou menos contestado proveito, o duque de Lencastre obtinha do rei de Portugal direito de passagem e auxílios de gente para a sua empresa castelhana, desistindo das pretensões sobre as terras lusitanas que andavam incluídas para os nossos inimigos na categoria de rebeldes³.

A aliança ratificou-se com um enlace conjugal.

Desses tratados de 1386 e 1387 veio o casamento do rei D. João com a filha do duque de Lencastre; e do casamento uma idade nova para a Corte portuguesa, que durante a primeira dinastia não saía de um estado semibárbaro, oscilando entre a violência da vida guerreira e a carnalidade dos prazeres animais, apenas temperada pelos instintos de ordem que ditavam as leis, pela necessidade do interesse que inspirava a política; alternando o terror do inferno com o embrutecimento da sensualidade, e acabando numa positiva orgia de impudicícia, tão desbragada que ofendeu a curta castidade dos tempos, fazendo esquecer, pelas aflições da desordem e das guerras, o muito bem que o pobre rei D. Fernando fez à terra sobre que desnordeadamente reinou.

Começava agora um dia novo.

Como a cândida açucena, quando se levanta de um chão negro apaulado, ergueu-se da turba de gente desvairada a figura ingénua de Nuno Álvares, esse exemplo raro de uma encarnação imaculada na virtude forte. Nuno Álvares foi o precursor da idade dourada em que Portugal ia entrar, e abre-nos com chaves de heroísmo ingénuo as portas do templo da glória histórica.

O mestre de Avis fora em rapaz manhoso, atrevido, audaz sim, mas nunca temerário. A temeridade só é concedida aos que na alma trazem

alguma centelha divina. A castidade, essa flor gêmea da cavalaria, que namorava o condestável e acabou pelo vencer com o cilício e a estamena do seu santo claustro do Carmo, não seduzia o príncipe. Nas suas cavalarias alentejanas, à volta de alguma monteria aos lobos, ou aos castelhanos, perdeu-se pelos olhos negros da filha de Mendo da Guada, em Veiros. Amou-a, seduziu-a, e trouxe-a para o convento de Santos, em Lisboa. O velho Mendo, de raiva, não cortou mais as barbas, de onde lhe puseram por alcunha o Barbadão. «Não haveis já de acabar com essa melancolia?» – perguntou-lhe uma vez a rir o mestre, passando em Veiros de cavalgada. «Sim: quando acabar convosco!» E arremeteu numa fúria. Um galão do cavalo salvou o mestre, que partiu cismando. O Barbadão era o riso respeitoso das gentes de Veiros; mas, conformando-se afinal, veio à Corte a receber as mercês do rei.

Das travessuras da mocidade trazia, pois, consigo D. João I um filho, duramente amamentado na escola dos acampamentos. A inferioridade relativa imposta pela bastardia, no seio de uma Corte que depois timbrou na modéstia até ao exagero, azedou o carácter de conde de Barcelos, acendeu-lhe a cobiça, e, como a todos os bastardos, lançou-lhe na alma a semente de inimizade e despeito: todavia fecunda semente para os homens que ambicionam sobrelevar aos mais, não pela grandeza do próprio espírito, mas pela ação material, isto é, pelo império que exercem sobre os seus semelhantes, dominando-os ou deslumbrando-os.

O condestável de Bourbon escreveu na sua espada *Je percerai*, e essa espada, através de mil perfídias, manchada por cem traições, penetrou, abrindo-lhe o caminho do Trono. O bastardo de D. João I, insaciável, ansioso por vingar com o poder e com a riqueza a inferioridade da sua origem, perante irmãos mais nobres a todos os respeitos, conseguiu penetrar também: subir, voando como falcão, ou insinuar-se, rojando-se como serpente: trepar, até sobre o cadáver do desgraçado de Alfarrobeira, e, ganhando, afinal, com o ducado de Bragança, um lugar ao lado dos duques de Viseu e de Coimbra, fazer desse posto o degrau que levou também ao Trono os seus descendentes.

Tinha dez anos apenas⁴, quando seu pai se casou: era uma criança ainda, embora nesses tempos agitados os homens se formassem muito

precocemente. Era uma criança, quando em 1387, no Porto, se celebrava, de um modo até certo ponto avesso, o casamento de D. João I, que parecia não arder em extremos de entusiasmo por essa aliança. Trazida ao Porto, a princesa aí ficara só, sem o pai e sem o noivo, partidos ambos para a campanha. D. Filipa era já uma mulher feita: tinha vinte e nove anos, um ano menos do que o rei. Era boa, suave, loura; era grave e serena, como as inglesas são, embora tenham dentro de si uma de duas coisas, ambas fortes: ou o sentimento arreigado do dever, ou a violência indomável da paixão. Talvez por isso mesmo não seduzisse logo o temperamento expansivo e meridional de D. João I; mas por isso mesmo o dominou com o tempo, transmitindo aos filhos a sua gravidade e a sua virtude saxónias, e produzindo a mais bela espécie de cruzamento.

Era possível também que o rei hesitasse em casar-se com a filha de um homem tão desbragado como o duque de Lencastre. Quem lhe assegurava que debaixo da face hierática da princesa, sob o seu gesto ingénuo e grave, se não abrigavam lodos, como os que também se escondem sob o espelho azul, sereno e transparente das lagoas? Fora educada com os piores exemplos. O duque vivia escandalosamente, debaixo das mesmas telhas, com a mulher e com a amante, Catarina Bonet, que tirara ao marido, dando-a por mestra às filhas⁵. Formada por tal preceptora, a princesa, com efeito, não devia oferecer garantias, sem embargo do seu ar de santa.

Os factos, porém, mostraram que o próprio exemplo da devassidão paterna exercera, como tantas vezes sucede, uma ação salutar no ânimo da filha. Reagiu. Não era uma criança ingénuo; era mais e melhor: era uma mulher decidida a ser boa, por isso mesmo que vira e observara de perto a maldade. Esta força de reação, esta energia moral, que sem dúvida alguma formavam o carácter da rainha, dando-lhe a serenidade da sua face augusta, são o dote inestimável da gente saxónia. Vivem de si, e não, como os meridionais, das impressões externas que recebem. Têm o orgulho ingénito, inacessível à vaidade que nos move. Governam-se pelo pensamento, ou pelo sentimento, sem atenção ao tumulto do mundo que passa. São a gente subjetiva, poetas até à raiz dos cabelos; ao passo que nós, meridionais, artistas incorrigíveis, preferimos viver a vida que corre, alegremente,

sem fadigas de alma, à lei da natureza. A vida para eles é uma tarefa, ordenada por um dever: para nós é uma festa, ou um sacrifício. Por isso fazemos pouco dela, e nisto consiste a nossa superioridade, porque muito mais facilmente somos capazes de heroísmo.

D. João I ignorava, porém, o que haveria para além dessa face de mulher, serena e fria, sem outra beleza mais do que o dourado dos seus cabelos, cor de trigo em junho, a alvura da sua pele, rosada nos lábios, finos e sem torturas expressivas, e o azul – falso ou verdadeiro – dos seus pequenos olhos de inglesa. Nenhuma coisa o encantava. Para mulher, não era isso que o desejo lhe pedia; para esposa, receava, lembrando-se das histórias do sogro. O casamento, portanto, fez-se politicamente, por cálculo. Era o último artigo do tratado de aliança que lhe dava força contra Castela. Fez-se com as festas rituais, apressadamente, no intervalo de duas manobras militares.

D. Filipa hospedara-se nos paços do bispo do Porto, dentro do estreito cerco dos muros negros de D. Muninho, levantados remotamente por ocasião da reconquista dos mouros. Esse cinto de altas muralhas encanecidas era uma construção quase ciclópica de enormes quadrados de granito sem cimento, flanqueados por torres maciças, dentados de ameias que no céu pardo recortavam as suas pontas, como espinhos de algum monstro. Encerravam o baluarte dos poderosos bispos do Porto, sempre rivais dos pequenos príncipes portugalenses. Subiam até ao Cimo-de-vila, descendo em linha reta sobre o Douro por um lado, e pelo outro ladeando a colina desde o antigo castelo suevo da Portaventosa até à Ribeira, onde ficava o postigo dos Banhos. O paço dos bispos, ameado e torreado, levantava-se no topo da colina com império, sobre a ladeira íngreme de que os socalcos das ruas lóbregas faziam um trono de casaria. Para fora dos muros, a poente, ia-se estendendo o burgo hostil que a rainha D. Teresa doara ao bispo Hugo, legando-lhe uma origem de permanentes contestações e amiudados tumultos.

Lá no fundo, o Douro, apertado entre penedias de granito, corria tristemente, enegrecido pelas matas de pinheirais que trepavam nas margens. A poente, contra S. Domingos e a Rua do Souto, onde estava construída a arena dos torneios para as festas do casamento, eram, em Miragaia, os limites do couto episcopal de D. Hugo e do couto vizinho

dos priores de Cedofeita, outra cidade, terceiro Porto, que vinha juntar-se ao burgo e à cidadela dos bispos. Cedofeita, a velha capela de S. Martinho de Tours, onde a tradição reza ter sido batizado Teodomiro, nos tempos remotos da queda dos romanos, obtivera também de D. Teresa o seu couto, que alastrava por toda a metade ocidental do Porto de hoje, mosqueado pelas aldeias e casais dos colonos contratados pelo cabido⁶.

Para o nascente, inclinado em pinheirais até ao esteiro de Campanhã, alongava-se o morro da Batalha com o seu Padrão, em memória dos assaltos sangrentos dos mouros ao Porto, bravamente defendido pelo conde leonês D. Hermenegildo (920); divisavam-se mais para longe, numa paisagem franca e luminosa, os campos de Rio Tinto, assim chamado por ter corrido em sangue até ao Douro, quando o rei Ordofio veio como um raio em defesa do Porto. Desses combates remotos tivera agora a cidade a lembrança, aclamando em armas o mestre de Avis, nas bravas lutas da guerra da independência.

Por isso o casamento de D. João I era para o Porto uma festa. Ao repicar dos sinos da Sé, perdendo-se nas quebradas dos montes, negros de arvoredo, correspondia para além, distantemente, o sino alegre de Cedofeita: dir-se-iam as campainhas das ovelhas, conduzidos em rebanho pelo báculo do seu santo pastor Martinho... Toda a noite fora de festa: danças e trebelhos, jogos e matinadas. O bom povo do Porto, na sua cidade triste, quebrava a monotonia dura da vida nesse instante de folgança; e o tom pardo do granito, pardo como o ar nevoento e húmido, dissipara-se de manhã quando a cidade acordou semeada de murta e rosmaninho com as casas armadas como capelas. O próprio sol quis ser de festa, penetrando nas ruas lóbregas, e pondo por exceção nas faces dos burgueses uma centelha de vivacidade luminosa.

El-rei chegara de noite, na véspera, com o condestável, que vinha assomado e colérico. Mais velho que o rei, a quem fizera, não se limitava a aconselhá-lo: repreendia-o. Por vezes, vendo-se contrariado, tomava-o tal fúria que tremia a ponto de vacilar sobre os joelhos⁷. Hospedaram-se em S. Francisco, no burgo; e logo de madrugada foram ao paço do bispo D. Rodrigo cumprimentar a rainha. Preparou-se o cortejo. O pequeno espaço que vai desde o paço até à Sé estava

coalhado de povo em gala. Uma orquestra de trombetas e flautas tocava. Montaram, a par, o rei e a rainha, em dois cavalos brancos cobertos de xairéis recamados de ouro, e, coroados, foram seguindo a procissão, sorrindo amavelmente para o povo que os aclamava. O arcebispo de Braga, paramentado, levava pela rédea o cavalo da rainha, atrás da qual iam as suas donas fidalgas a pé. Ao lado do rei ia o condestável. A porta da Sé, numa nuvem de incenso e numa corte de prelados, o bispo D. Rodrigo, de mitra, báculo e vestes de ouro pontificais, esperava os noivos. Entraram, casou-os, e houve missa.

Da igreja voltaram ao paço a comer. O condestável era o mestre-sala das bodas, e quando todos riam, na alegria da mesa, ele ria também, galhofeiro, com esse encanto simples dos temperamentos justos e espontâneos. Desafivelavam-se os cintos, vazavam-se as taças, ingurgitavam-se as viandas. As donas fidalgas cantavam em coro, e em torno das mesas os rapazes exercitavam-se em saltos, trepando em cordas suspensas, ou em mastros. O dia passou-se desta forma, acabando o banquete por um baile de roda em que todos, fidalgos e fidalgas, rei e rainha, dançavam: todos, até o próprio condestável com a sua longa barba, onde as cãs dos quarenta anos, as cãs dos trabalhos e das cóleras mal comprimidas, corriam como fios de prata alegre. Os bispos e os prelados, digerindo, riam.

Fora, o povo, num gritar delirante, aquecia ainda mais a sala do banquete, e pelas ruas, pelas hortas e pelos campos da cidade, desenrolava-se uma onda férvida de alegria. Em S. Domingos havia torneios, por toda a parte festa: uma festa cujo oitavário durou quinze dias. Descaindo a noite, os prelados benzeram o leito real⁸, e D. Filipa, serena, grave, loura, encaminhou-se placidamente para a câmara nupcial levada pela mão de seu marido.

*

Os primeiros dois anos foram estéreis; mas logo em 1390 a rainha começou, com uma pontualidade inglesa, a produzir o seu filho anual. Em 1390 nasceu o infante D. Afonso, que morreu de dois anos. Em 1391, D. Duarte, que sucedeu a seu pai no Trono. Em 1392, D. Pedro, fadado para melancólicos destinos. Em 1393, falha. Em 1394, D. Henrique, o

Cipião português, inventor do nosso Império ultramarino. Em 1395, D. Branca, falecida na infância. Em 1396, provavelmente algum desmancho. Em 1397, D. Isabel, que casou com o duque de Borgonha. Depois, a fecundidade cansa: há intervalos. Em 1400 nasce o infante D. João; em 1402, o pobre mártir de Tânger, o infante D. Fernando, Isaac efetivamente imolado por um Abraão terrível, em holocausto ao génio quase semita que nos impelia, como fenícios, para a aventura dos mares. Depois o manancial esgota-se.

Foi o seu último filho. D. Filipa acabou por gerar um santo, ela em cujo ventre se formara a semente de tão grandes homens. Quinze anos (1387 a 1402) de um procriar incessante: abençoadas entranhas! E durante este período, no vigor da vida, entre os trinta e os quarenta e cinco, o rei não teve um bastardo. Que singular mudança houvera nos costumes da Corte que vinte anos antes aclamara Leonor Teles?

Diz-nos D. Duarte que o rei e a rainha fizeram casar mais de um cento de mulheres, entrando na conta as que ele próprio casou também, seguindo tão bons exemplo⁹. Não havia uma ligação ilícita, nem um adultério conhecido. A Corte era uma escola. D. Filipa, pregando ao peito o seu véu de esposa casta, com os olhos levantados ao Céu, não perdoava. Terrível, na sua mansidão, trazia o marido sobre espinhos. De uma vez, segundo reza a lenda, em Sintra, o rei esqueceu-se, e furtivamente pregava um beijo na nuca, ou na face, de uma das aias, quando surgiu logo, acusadora e grave, sem uma palavra, mas com um ar medonho, a rainha casta e loura. D. João, enfiado, titubeando, disse-lhe uma tolice: «Foi por bem!» Ela partiu solenemente. Eram ciúmes? Não; só tem ciúmes quem tem paixão. Era aquele sentimento exclusivamente saxónio, para o qual também só há uma palavra na língua inglesa; era o *cant*, essa mistura inconsciente de orgulho e convenção que, ficando abaixo da religião do dever, está muito por cima da hipocrisia, isto é, da simulação consciente dele.

Não há sentimentos mais despóticos e absorventes do que estes sentimentos quase artificiais, em que a ingenuidade aparece enleada pela convenção. A rainha não perdoava; mas que diferença, entre a sua intolerância hirta e a virtude humana e espontânea, a virtude quente e alegre do condestável! O rei passara das mãos dele para as da esposa, que fazia empalidecer esse valente quando o fitava com os

seus olhos azuis impassíveis. Por fortuna, a rainha era tão virtuosa e boa quanto sincera.

No propósito firme de lhe obedecer, D. João, porém, excedia os limites da humanidade. Com a lembrança da casa em que nascera presente sempre, a rainha exigira o casamento imediato de toda a Corte. Nem requebros, nem amores, nada! o casamento cru e direito, como ordena a Santa Madre Igreja. Combinavam os enlaces, qual devia convir para fulana, ou vice-versa, de forma que um dia um, outro dia outro, recebia a ordem terminante concebida nestes termos: «Manda-vos el-rei dizer que vos façais prestes para desposar de manhã.» – Quem? – «Não importa; lá o sabereis.» E assim se casou toda a Corte, sendo este um exemplo para convencer os românticos do que a disciplina pode sobre os homens; pois a geração desse tempo, que por tais processos deveria produzir o cúmulo da desordem, foi um perfeito modelo de força e virtude.

E ai daquele que, por folia ou por paixão, não tomava a sério as regras prescritas. O *cant* é descaróável, e ao serviço da preocupação da rainha punha o rei o seu temperamento violento de homem de guerra. Daqui resultou a cruel tragédia de Fernando Afonso, amante de uma dama da Corte, e dos validos mais queridos de D. João I, que às escondidas lhe recomendou juízo. Mas fê-lo, provavelmente, como estas coisas se passam entre amigos: rindo. Ele, pelo menos, não tomou o caso a sério, e, simulando uma viagem a Santa Maria de Guadalupe, devoção muito em moda no tempo, meteu-se na alcova da aia para rezar. O rei, que o soube, talvez ainda risse, mas demitiu-o. O rapaz aceitou a demissão, para o quarto da dona onde se foi aninhar, e onde el-rei o mandou prender. Começava a ser grave. No caminho da prisão, Fernando Afonso, à cautela, fugiu para Santo Elói. Na Corte ia um burburinho enorme com o caso, que a rainha devia considerar uma abominação. Foi ela que obrigou o marido a sair? Não se sabe; mas o facto é que D. João I largou do paço (de apar S. Martinho, junto ao Limoeiro) numa fúria. Deixara em meio a sesta, e saiu malvestido, coberto com um mantéu, em ceroulas, correndo a pé para a igreja onde o desgraçado se asilara, subindo ao altar e abraçando-se à imagem da Virgem. Pois aí mesmo o mandou o rei prender, sem atenção ao direito sagrado de asilo, que era uma das válvulas de segurança inventadas

pela crença ingênua para moderar as explosões da violência dos tempos. Para o prenderem, os homens do rei tiveram de despedaçar a Virgem, que veio do altar abaixo com ele. Adúltero, ficava sacrílego. No dia seguinte, logo, sem processo, o rei mandou queimar vivo o desgraçado no Rossio¹⁰.

Hoje, o *cant* não dá lugar a tragédias desta ordem. Os costumes são outros, outros os nervos; mas o *cant* é, como sempre foi, o despotismo mais desapiedado, o mais absorvente e o mais tirano. D. João I obedeceu-lhe tanto, que se transformou, acabando por dar o tom e ser o tipo que serviu de grave exemplo a seus filhos. Devoto, empregava os ócios na tradução das *Horas Marianas*; literato, escrevia o livro da *Monteria*¹¹: por isso os filhos todos, mais ou menos, mas principalmente D. Duarte e D. Pedro, se criaram com a devoção das letras e em particular das letras místicas. Lançada esta semente no torrão fecundo da alma nacional, entusiasticamente afirmativa, desabrochou, três ou quatro gerações depois, nessa poderosa geração de fervor católico, delirante na época de D. João III.

Agora, na alvorada dos dias de fogo e sangue, a luz aparece difusamente suave: o mundo apresentava-se como uma doce e atraente harmonia; e as paixões transcendentais, ainda em botão, serviam apenas para corroborar, com a sua autoridade superior, os preceitos da vida prática. Encarada a essa luz, a existência propunha-se como um dever sagrado, e o reinar como um ofício duro. D. João I, conta seu filho, sentindo os encargos do rei, em uma roupa fez bordar um camelo, por ser besta de maior carga, com quatro sacos, em que eram postos sobre cada um estas letras: no primeiro, temor de mal reger; no segundo, justiça com o amor e temperança; no terceiro, contentar corações desvairados; no quarto, acabar grandes feitos com pouca riqueza¹². Estavam em moda as divisas e motos simbólicos. Nestas quatro expressões sintéticas se resumiam com efeito as ideias públicas do tempo. Via-se o génio do bastardo de D. Pedro I, herdando do pai o instinto da economia: obter grandes resultados com pequeno gasto; via-se o desejo de ser bom e amável, tomando a realeza como um patriarcado, qual fora também o do rei justiceiro; via-se, porém, finalmente, um sentimento que é novo: o medo de mal reger, o escrúpulo, o receio de errar, que faz do ofício dos reis um peso capaz de carregar um camelo.